

MIRANDO (R)EXISTÊNCIAS DE SUJEITOS SOCIAIS EM LUTA CONTRA A MINERAÇÃO: O CASO DA MINA GUAÍBA

Eleandra Raquel da Silva Koch ¹

Resumo: Este ensaio é fruto da minha inserção como pesquisadora no campo de contestação técnica e social contrária ao projeto de mineração Mina Guaíba (na região metropolitana de Porto Alegre). A análise empreendida emerge da pesquisa com sujeitos sociais em luta contra esse projeto, durante a elaboração de um laudo sobre as afetações socioeconômicas envolvidas. Constata-se que as pessoas que serão drasticamente afetadas pelos efeitos da mineração são exatamente aquelas que não são consultadas devidamente sobre tais empreendimentos. Por outro lado, observa-se uma nítida tentativa de fabricação da ideia de que a mineração é a salvação para as situações de baixos índices de desenvolvimento econômico, humano e social. **Palavras-chave:** Mineração; Mina Guaíba; Desenvolvimento.

Abstract: This essay is the result of my insertion as a researcher in the field of technical and social contestation contrary to the Mina Guaíba mining project (in the metropolitan region of Porto Alegre). The analysis undertaken emerges from research with social subjects in struggle against this project, while elaborating a side on the socio-economic affects involved. It is found that the people who will be drastically affected by the effects of mining are exactly those who are not properly consulted about such ventures. On the other hand, there is a clear attempt to fabricate the idea that mining is the salvation for low development economic, human and social situations. **Keywords:** Mining; Mina Guaíba; Development.

¹ Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorando do Programa de Pós Graduação de Desenvolvimento Rural

Introdução

Este artigo é fruto de um exercício etnográfico construído a partir da elaboração de um laudo contra o componente socioeconômico do projeto de mineração a carvão Mina Guaíba. Entretanto, neste processo analítico, além da inserção em campo, tive a oportunidade de revisitar a análise de dados quantitativos sobre indicadores de desenvolvimento humano e econômico dos municípios gaúchos com atividades econômicas expressivas de mineração. Lamentavelmente, descobri que a maioria desses municípios registram indicadores de desempenho abaixo das médias do estado do Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista metodológico, realizei uma observação participante a partir do campo realizado no Assentamento Apolônio de Carvalho, no Loteamento Guaíba City e nas várias audiências públicas em que participei. Nessas ocasiões, tive a oportunidade de conviver com as pessoas em luta contra o projeto Mina Guaíba, realizar algumas entrevistas semiestruturadas e abertas e manter um diário de campo. Além disso, participei de um grupo focal e analisei dados secundários de indicadores de desenvolvimento humano e econômico de municípios gaúchos com atividades econômicas expressivas de mineração. Destaque-se que a reflexão aqui desenvolvida é circunstanciada a uma pesquisa social e a uma escrita que se assume implicada na luta contra a implementação deste empreendimento. Logo, não pretendo fazer uma análise de tipo simétrica que busque trazer as diferentes visões que movimentam a controvérsia.

No que diz respeito à temática desta pesquisa, observa-se que o Rio Grande do Sul tem atraído um elevado interesse de empresas nacionais e internacionais de Megamineração.¹ Neste contexto, a mineradora Copelmi apresentou o Estudo Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da Mina Guaíba, que tramita na Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - Rio Grande do Sul (FEPAM), com vistas à obtenção da licença de lavra para mineração nos municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul (FEPAM, 2019). Esse projeto prevê a extração de carvão mineral, cascalho e areia e tem suscitado inúmeras controvérsias.

De acordo com a empresa mineradora do projeto Mina Guaíba, esse será “um dos mais modernos empreendimentos do país, contribuindo para o desenvolvimento de toda a região, gerando renda, empregos e oportunidades para diversos setores da economia” (COPELMI, 2019).

¹Dados da Agência Nacional de Produção Mineral (ANPM) demonstram a existência de 5192 Requerimentos de Autorização de Pesquisa - que é o pedido para que a empresa realize trabalhos de definição da jazida e avaliação de viabilidade econômica (AGÊNCIA NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, 2019; WENZEL, 2019).

Entretanto, tal empreendimento tem sido amplamente contestado pelos setores sociais contrários à implantação dessa mina, que explorará carvão “a céu aberto”, com a previsão de extração de 166 milhões de toneladas, por 22 anos, quando será descomissionada (WEISSHEIMER, 2019; FACHIN, 2019; WENZEL, 2019). Além das implicações ambientais incidentes², o seu funcionamento levaria ao reassentamento compulsório do Assentamento da Reforma Agrária Apolônio de Carvalho, do Loteamento Guaíba City e de pelo menos duas áreas indígenas.

Inserção em campo e perspectivas analíticas

No início do mês de junho de 2019, o grupo de pesquisa que integro, Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS), foi chamado a compor a equipe técnica do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul, que estava elaborando um contrarrelatório ao componente socioeconômico do Estudo de Impactos Ambientais - Relatório de Impactos no Meio Ambiente (EIA-RIMA) do projeto Mina Guaíba. Contudo, quando houve esse chamamento ao Temas, eu já havia participado de uma audiência pública promovida pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 17 de abril de 2019 (WEISSHEIMER, 2019).

Naquela ocasião, inúmeros ambientalistas se pronunciaram a respeito dos incontáveis riscos socioambientais envolvidos, a exemplo do risco da contaminação do Delta do Rio Jacuí. Também naquele momento tive o primeiro contato com as lideranças assentadas da reforma agrária, que denunciaram os efeitos do projeto sobre o Assentamento Apolônio de Carvalho. Ouvei alegações dos assentados de que havia tentativas de assédio moral por parte dos defensores do projeto Mina Guaíba. Exemplo de tal situação seria a mentira que estava sendo espalhada de que o Movimento Sem Terra (MST) era favorável ao projeto.

Faço esse preâmbulo para situar o meu interesse no trabalho de campo que realizei nos meses de junho, julho e agosto de 2019, o qual me inseriu num campo empírico que não compõe a minha pesquisa de doutorado, mas que cativou porque me tocou enquanto uma questão candente que merecia o meu engajamento prático e analítico. Faço esse preâmbulo para situar o meu interesse no trabalho de campo que realizei nos meses de junho, julho e

²Além da proximidade com os rios Guaíba e Jacuí, no entorno existem seis áreas protegidas (FEPAM, 2019).

e agosto de 2019, o qual me inseriu num campo empírico que não compõe a minha pesquisa de doutorado, mas que cativou porque me tocou enquanto uma questão candente que merecia o meu engajamento prático e analítico. A mineração está no centro dos processos econômicos de espoliação e apropriação da biodiversidade, de expropriação territorial de populações tradicionais afetadas por políticas de land grabbing (BORRAS; FRANCO, 2012) e de neoextrativismo (GUDYNAS, 2011). Fenômenos que lamentavelmente ocorreram também nos chamados governos desenvolvimentistas que existiram na América Latina nas últimas décadas. Concordando com Maristella Svampa (2011), destaque-se que de modo geral esses governos foram atravessados por ilusões desenvolvimentistas, as quais os conduziram à aceitação acrítica das soluções hegemônicas do “desenvolvimento”.

Do ponto de vista do debate teórico, esta análise se associa àquelas abordagens críticas à narrativa do desenvolvimento, as quais foram historicamente apresentadas como universais e naturalmente benéficas a todas as pessoas. E tais postulados das políticas são estabilizados como se não fossem sujeitos a controvérsias (LATOUR, 2016). E, dessa forma, se impõem como espécie de regimes de verdades (ESCOBAR, 2007), através de aparatos sociotécnicos que são vendidos como a solução para situações designadas de subdesenvolvimento. Entretanto, tais aparatos técnico-científicos planificam as situações sociais envolventes e reduzem o debate político sobre as razões das desigualdades (FERGUSON, 1990). No caso da Mina Guaíba, ficam evidenciados processos semelhantes, pois em nome das aparentes tecnologias avançadas e do discurso sobre as possíveis benesses desses empreendimentos, as desigualdades e as contradições que esses projetos carregam são solenemente desconsideradas e deliberadamente invisibilizadas.

No que diz respeito à “dramática atualidade da crise ecológica”, Araóz (2013) sublinha que tal situação não é recente, pois esse colapso emergiu com a própria modernidade capitalista. Tal lógica predatória do capital sobre o ambiente foi identificada e caracterizada já por Karl Marx (MARX; ENGELS, 1846), que associou a exploração dos “recursos” minerais ao advento da acumulação capitalista. Nas últimas décadas, visando explicitar a apropriação privada dos “recursos naturais”, David Harvey (2004) retomou o termo “acumulação por espoliação”. E o autor o emprega no próprio sentido definido por Rosa Luxemburgo (1985), enquanto um expediente que emerge no período da “acumulação primitiva” do capital, mas que é retomado permanentemente. camento dos bens comuns” (HARVEY, 2004, p. 110).

A recente depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação da degradação ambiental, que impede qualquer

coisa menos os modos de produção agrícolas com emprego intensivo de capital, foram resultado da total transformação da natureza em mercadoria. [...] para não mencionar a onda de privatização da água e outros serviços públicos que arrasou o mundo, constitui uma nova onda do “cercamento dos bens comuns” (HARVEY, 2004, p. 110).

Da mesma forma, aprendemos com Frantz Fanon (1968) que o acesso à terra pelos despossuídos é um momento crucial nos processos de descolonização. Nesse sentido, acredita-se que é possível pensar, por exemplo, que a conquista da terra pelos assentados do Apolônio de Carvalho possa ser entendida como um momento de descolonização, pois a produção da vida no assentamento gera formas de autonomia relativa. Entretanto, como nos ensina Fanon, tal processo não é linear e podem ocorrer momentos de retrocessos. Nas palavras do autor, “a população colonial é clientela que compra” (FANON, 1968, p. 64). Logo, torna-se razoável considerar que a capacidade de gerir a vida a partir de lógicas econômicas que sejam menos subordinadas, através de associações, cooperativas e da edificação de mercados alternativos à economia vigente, é algo que está na contramão da dominação. Portanto, deve ser enfraquecido para que os processos de subordinação desses corpos e modos de vida se perpetuem.

Do início do trabalho de campo

Vindo de Porto Alegre pela BR-290, chega-se primeiro no Assentamento Apolônio de Carvalho, que fica ainda no município de Eldorado do Sul e dista seis quilômetros dessa via federal. No fim da estrada, em direção às margens do rio Jacuí, está o Loteamento Guaíba City, que pertence ao município de Charqueadas. Quando eu e meus colegas do Temas (e demais integrantes do Comitê contra a Megamineração no Rio Grande do Sul) chegamos no Apolônio de Carvalho, fomos recebidos pela liderança do assentamento, a qual assisti em sua manifestação na audiência anteriormente por mim referida. Após os cumprimentos e os agradecimentos pela presença de nossa equipe, a primeira afirmação que ouvimos foi a seguinte: “estamos lutando contra a mineração porque temos outro modo de vida, que não cabe no que eles estão querendo para nós”.

Após ser auxiliada por um assentado, que utilizou um trator para desatolar o meu carro, o qual estacionei em local inapropriado, fomos encaminhados pelo nosso anfitrião³ para o deslocamento ao Guaíba City, que dista em torno de um quilômetro dali.

Loteamento Guaíba City: um lugar de memória e projetos de vida

O Loteamento Guaíba City situa-se no município de Charqueadas, na divisa com Eldorado do Sul. Lá, desde a década de 1960, vivem mais de 50 famílias, das quais a maioria delas está lutando contra a instalação da Mina Guaíba, que prevê a retirada compulsória de todos os moradores do local. De imediato, na conversa com as(os) moradoras(es) desse loteamento, chamou a minha atenção a não correspondência da situação de vulnerabilidade econômica apontada no EIA-Rima da Copelmi, pois, diferentemente do que está escrito no relatório da empresa, existem inúmeras atividades produtivas, tais como hortas, criação de cavalos, gados, pomares e quintais. Ouvimos várias declarações nesse sentido, a exemplo da seguinte: “Aqui tem 100 cabeças de gado, 30 cavalos e todo mundo tem horta”.

Observamos que a maioria dos moradores e moradoras não se identificam com a situação de inviabilidade de existir, viver e trabalhar no loteamento, a qual é caracterizada no EIA-Rima da Copelmi. A narrativa da empresa mineradora tenta estabelecer que não é possível viver e trabalhar naquele lugar, caracterizando inúmeras situações de vulnerabilidade e miserabilidade com as quais as pessoas que lá vivem não se identificam. Tal contrariedade ficou nítida em várias das entrevistas realizadas. Exemplo disso fica notório no trecho da fala de uma das moradoras: “[...] aqui todo mundo tem água nas casas, temos três linhas de ônibus, temos uma escola e transporte para outra de Charqueadas; somos atendidos pelo pronto atendimento de Eldorado do Sul”.

Na contramão da narrativa adotada pelo empreendimento, ouvimos várias moradoras declararem que se consideram felizes com a vida que levam no lugar, pois enxergam, justamente naquele território, os meios necessários para a reprodução de suas vidas e do seu bem-estar. Também se observa que há muito temor sobre o destino das pessoas, caso tenham que vir a deixar esse lugar que construíram ao longo do tempo. Escutei de uma das mais antigas moradoras uma declaração elucidativa desse receio, de que suas vidas sejam totalmente devastadas: “eu não vou sair daqui, se as pessoas saírem daqui vão ficar loucas e vão morrer”.

³ Neste momento reencontrei o assentado que conheci na audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e que se tornou o meu principal interlocutor de pesquisa no Assentamento Apolônio de Carvalho.

Conversei com várias pessoas que demonstraram uma relação afetiva densa com esse lugar que vivem e com a biodiversidade envolvente. Durante as conversas que tivemos sobre a trajetória de ocupação do lugar, ouvi referências à espacialidade ampliada que é propiciada diante de lotes espaçosos o que, segundo declararam várias(os) moradoras(es), não era possível na via urbana onde muitos residiam anteriormente. Também ouvi narrativas sobre a circulação de animais silvestres no local, que são reveladoras de relações de reciprocidade existentes: “aqui é assim, os animais vão e vem, tem uma capivara que come aqui, fica por aqui e volta uns dez dias depois”. Igualmente foram feitas várias referências à comida saudável e sem veneno que produzem no local.

De acordo com as informações sistematizadas, a destinação da produção é para a subsistência, trocas e vendas na comunidade. Foram avocados sentimentos de satisfação com a capacidade que possuem de produzir seus alimentos e de edificar meios de vida, os quais são sustentados a partir da produção da vida no lugar. Svampa (2011), ao abordar resistências camponesas e indígenas, se refere à existência de “habitats e comunidades de vida”, nas quais se sustentam eticamente as diversas formas de resistência. Penso que esse mesmo sentido ético pode ser aludido à relação que as moradoras e os moradores do Guaíba City sustentam com o lugar.

O antropólogo Arturo Escobar (2007) nos ajuda a pensar sobre a inter-relação entre práticas sociais de resistência e de defesa territorial, pois ele argumenta que inúmeros movimentos sociais e populações concebem outros modos de vida a partir de uma dimensão ontológica que é baseada na defesa da vida. Portanto, esses lugares assumem o sentido de projetos. Por outro lado, como destaca Milton Santos, há um verdadeiro paradoxo entre o dinheiro, que tudo busca desmanchar, e o território que mostra que há coisas que não se podem desmanchar” (SANTOS, 2006, p. 7). Para o autor, o território transcende a noção de sistemas naturais, pois é um local que encarna uma geograficidade, no sentido da ocupação e dos usos históricos, bem como do conjunto de nexos e relações de pertencimento e de identidade.

No que se refere aos procedimentos de pesquisa do EIA-RIMA e ao diálogo da empresa mineradora com as pessoas diretamente afetadas pelo empreendimento, os diferentes relatos que ouvimos narram que as famílias não foram ouvidas devidamente. A maioria delas nem mesmo foi entrevistada ou visitada, conforme nos relataram em campo. Segundo as moradoras, a comunidade somente teve conhecimento das informações contidas no estudo quando o relatório já estava pronto.

De acordo com o que narraram nossas interlocutoras, a Copelmi apresentou o estudo numa reunião no loteamento, ocasião em que proferiu um conjunto de afirmações sobre as moradias, as estradas e a caracterização socioeconômica, as quais não correspondem com a situação fática. A partir da observação participante e das entrevistas até então realizadas, conclui-se que a comunidade do Loteamento Guaíba City não se identifica com a situação de miserabilidade que é alegada no EIA-Rima da Copelmi.

Para mim, enquanto pesquisadora, tais circunstâncias de pesquisa foram muito singulares, pois de modo geral me defronto com situações em que as diversas vulnerabilidades (territoriais, econômicas etc.) buscam ser visibilizadas. Neste caso, as pessoas do Guaíba City buscam afirmar que não são miseráveis e que não é inviável viver e trabalhar no local. Ao contrário, elas se consideram satisfeitas com as possibilidades de desenvolvimento de suas vidas que o local propicia. Por outro lado, diante das ameaças que enfrentam, observa-se que há um sentimento de que suas vidas estão suspensas, pois não sentem a segurança que gostariam de desfrutar para dar andamento aos seus projetos de vida e de trabalho conforme demonstra a declaração a seguir: “a minha vida está parada, pois a partir de 2014 a nossa vida parou” (Entrevista Morador 3 do Guaíba City, Eldorado do Sul, 01 de junho de 2019). Assim, embora não possuam tal reconhecimento jurídico, há muito tempo essas pessoas se tornaram “atingidas” (ZHOURI, 2018) por esse projeto de mineração, especialmente a partir de 2014, quando começaram os estudos do EIA-RIMA

Conhecendo o Assentamento Apolônio de Carvalho

Após a visita e caminhada no Loteamento Guaíba City, retornamos ao assentamento, onde éramos esperadas para uma roda de conversa e para o almoço. Esse Projeto de Assentamento (PA) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi inaugurado em 2007, numa área de 534 hectares, onde residem em entorno de 72 famílias, das quais a maioria delas se dedica à produção de arroz orgânico. Esse PA é o terceiro maior produtor de arroz orgânico do Rio Grande do Sul (INCRA, 2015).⁴

⁴ Enquanto esperávamos para o almoço, eu tive a oportunidade de conversar com uma liderança do assentamento e de lhe contar que eu sou servidora do Incra, que lá trabalho com comunidades quilombolas. Mas que nesse momento estou em licença para cursar o doutorado. Considerei eticamente importante prestar essa informação, pois o órgão agrário é proprietário da terra do assentamento ainda não titulado e constantemente é referido nas conversas.

De imediato, a partir da roda de conversa, ficou nítido para o nosso grupo de pesquisa que a direção do assentamento era composta por mulheres e homens bem informados e informados em relação ao processo político de resistência contra a mineração que estavam construindo. Ficou notório que há um sentimento coletivo de que o trabalho lá edificado tornou aquele um lugar de alta produtividade e que tal condição tem propiciado melhorias significativas na qualidade de vida; o que não estão dispostos a abrir mão. Portanto, como nos foi dito por várias pessoas: da mesma forma que conquistaram aquela terra com luta e resistência (através de acampamentos, inúmeras mobilizações políticas), elas estão dispostas a resistir no tempo presente, em defesa do direito de permanecer no local.

Entretanto, mesmo diante desse protagonismo político evidente, ouvimos vários lamentos de alguns assentados que referem a si mesmos como despossuídos de repertório para se pronunciar sobre a intervenção no lugar projetada pela mineradora, pois, segundo o que foi alegado, detêm “pouco estudo” e escassas informações sobre o funcionamento dos processos que envolvem o licenciamento do projeto de mineração. No entanto, tais pessoas, notoriamente, possuem conhecimentos densos sobre existir, resistir, apreender e trabalhar naquele lugar, os quais são desconsiderados o tempo todo pelos chamados projetos de desenvolvimento, como é o caso da Mina Guaíba.

A suposta ilegitimidade do conhecimento das pessoas afetadas por megaprojetos, a exemplo do que acontece no caso em análise, se estabelece a partir (por exemplo) dos calhamaços de documentos que têm por propósito intimidar a análise e o contraponto. Martins e Espinoza (2018), ao analisar as arenas em que os debates ambientais são realizados, demonstram que nestes espaços são privilegiados o debate técnico, a partir de um léxico especializado que dificulta a participação dos sujeitos sociais que não dominam esses termos. Assim, as diferenças que existem nos debates não são devidamente visibilizadas, consideradas e incorporadas. Em sentido semelhante, James Ferguson (1990) argumenta que as técnicas e seus termos são aparatos das chamadas políticas de desenvolvimento e que elas são acionadas como maneiras de plasmar e despolitizar as diferenças e as desigualdades existentes. Assim, nesse sentido, se constituem como “máquinas de antipolítica”.

No mesmo dia em que começamos o campo, parte dos assentados havia ido numa visita a uma mina da Copelmi, que está instalada na cidade vizinha de Butiá. A direção do assentamento falou sobre as tentativas reiteradas de assédio em prol do projeto da mineradora, no entanto, do que pude observar, essas lideranças assumiram a postura política de não alimentar conflitos com quem está em dúvida, e/ou em eventual

diálogo com a empresa mineradora. Nesse sentido declarou um dos dirigentes do Assentamento: “nós jamais entraremos em conflito com quem têm dúvida ainda”.

Após algumas entrevistas realizadas ao término do almoço, nos despedimos com a afirmação de nosso propósito de retornar ao campo e de nos encontrarmos na semana seguinte, na assembleia popular promovida pelos movimentos sociais em Eldorado do Sul.

Assembleia popular contra a megamine- ração

Em 11 de junho de 2019 ocorreu a assembleia popular contra a megaminação no Rio Grande do Sul (Eldorado do Sul), que foi promovida pelo Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais movimentos em luta contra os projetos minerários previstos no Rio Grande do Sul. No início do evento houve uma apresentação artística crítica às promessas de desenvolvimento proclamadas pelos empreendimentos e acerca dos riscos envolvidos. Na performance, havia pessoas com o corpo envolto por lama, simbolizando os rejeitos do rompimento das barragens da Samarco em Mariana e da Vale em Brumadinho. Na apresentação artística, houve falas de pessoas identificadas com placas dos grandes meios de comunicação, que ironicamente faziam afirmações, tais como: **“pensem no privilégio de ter uma mineradora perto de você”; “a mineração é boa e ela vai trazer desenvolvimento”; “a mineração é vida”**.

Na avaliação dos movimentos sociais, o evento foi exitoso, pois contou com a presença de mais de 350 pessoas. Dentre os debates realizados, o que mais me chamou a atenção foi a discussão que surgiu sobre a possibilidade de que a participação na audiência pública marcada para 27 de junho deste ano pudesse representar uma forma de legitimação do processo administrativo em curso, já que os tempos de fala seriam desiguais. Após inúmeras discussões, concluiu-se que a audiência em Eldorado era uma conquista do próprio movimento contrário à mineração, uma vez que inicialmente estava prevista apenas uma audiência em Charqueadas (ocorrida em 14 de março).⁵ E que, portanto, os movimentos sociais deveriam se organizar para se inscrever para falar solicitando a realização da audiência pública em Porto Alegre, considerando a proximidade do empreendimento da cidade e, especialmente, dos rios Jacuí e Guaíba.

⁵ A referida audiência foi marcada por forte contestação, pois os movimentos contrários ao projeto de mineração obtiveram uma liminar que suspendia o evento, sob a alegação de que a Fepam não havia concluído a análise do EIA-RIMA. No entanto, três minutos antes do horário marcado, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região suspendeu a liminar.

Novo dia de campo no assentamento Apolônio de Carvalho

Em 22 de junho de 2019 retornei ao assentamento com o grupo Temas para a realização de um grupo focal com as assentadas e os assentados. Chegamos pela manhã e almoçamos na casa da nossa anfitriã. Percebemos que estavam atravessando um momento tenso, pois neste dia havia saído uma matéria no jornal Correio do Povo sobre alguns(as) assentados(as) que declaravam concordar com o projeto da Mina Guaíba.

As lideranças do assentamento reafirmaram que estava havendo forte pressão sobre as pessoas em prol do projeto Mina Guaíba, através de inúmeras promessas de vantagens que poderiam vir a receber para sair da terra que ocupam e produzem. Contudo, alegaram que jamais a mineradora foi capaz de prestar qualquer informação precisa sobre qual seria o plano de reassentamento. Após essa tensão inicial, nossas(os) interlocutoras(es) afirmaram que gostariam de realizar o grupo focal que estávamos propondo. Dessa forma, elas e eles passaram a contatar as pessoas que poderiam estar disponíveis para aquela atividade, considerando que era um sábado à tarde e que não tivemos tempo para planejar com maior antecipação a nossa presença. O nosso trabalho de pesquisa também se dava em condição de urgência, considerando o prazo do protocolo do nosso laudo junto à Fepam, que encerraria em poucos dias.

Antes da atividade do grupo focal, almoçamos na casa da nossa anfitriã assentada, que cozinhou alimentos produzidos em seu lote, ocasião essa em que tivemos a oportunidade de conhecer a sua agrofloresta, ou a “floresta de comida”, como ela mesma definiu:

Tudo aquilo que tu decompor, a longo prazo, vai virar adubo, a questão é que dentro da permacultura você não precisa trazer nada de fora, você pode gerar seu próprio composto, tipo nós temos as galinhas e tem os porcos e a gente vai fazendo uma pilha de composto e vai virando, as galinhas mesmo já fazem esse processo de ciscar (Assentada, Eldorado do Sul, 22 de junho de 2019).

Após o almoço realizamos o grupo focal, que se constitui numa metodologia de pesquisa em que são propostas algumas temáticas e as pessoas são incitadas a conversar sobre os temas propostos (MAY, 2004). Participaram desse grupo nove assentadas e assentados. Transcrevo a seguir um trecho de uma das falas de outra assentada, que me pareceu muito elucidativa.

O que é bom é o que eles mentem, que é o emprego, que é a energia sustentável, o “carvão verde”, tudo de bom vem pela boca deles. O que vai trazer realmente?

Para mim é uma grande destruição, e não é somente destruição aqui do Assentamento Apolônio de Carvalho, as fazendas da volta e o Guaíba City que soma o quê? 1000 pessoas ou mais, mas é da grande Porto Alegre e a nossa capital gaúcha (Assentada 2, Eldorado do Sul, 22 de junho de 2019).

Audiência pública promovida pela Fepam em Eldorado do Sul

Em 27 de junho de 2019 ocorreu a audiência pública sobre a licença prévia da Mina Guaíba, que foi convocada pela Fepam. A sua realização, como já foi referido neste ensaio, foi fruto da mobilização política dos movimentos sociais contrários ao empreendimento, os quais exigiram que o debate fosse ampliado. Houve grande mobilização para a participação na audiência. Nós, do grupo Temas, fomos num ônibus organizado pelo Comitê Estadual Contra a Megaminação no Rio Grande do Sul. Esse transporte atrasou e, assim, quando chegamos, havia grandes filas para a inscrição das falas. No auditório do local que abrigou a audiência, visivelmente havia uma maioria contrária ao empreendimento. Foram mais de 100 intervenções durante a noite. A seguir, destaco algumas das falas que mais me chamaram a atenção e que consegui anotar, parte delas, em meu diário de campo.

Primeiramente, destaque-se as intervenções dos caciques indígenas Mbyá-Guarani, os quais foram os primeiros a falar na audiência. As suas falas, de modo geral, versaram sobre os riscos ao ambiente que o projeto da Mina Guaíba carrega. Inclusive, um dos caciques fez uma fala em língua guarani e argumentou que assim o faria porque muitas vezes são ditas coisas que não entendem e que naquele momento iriam dar uma demonstração de como é não entender o que se é dito. Os indígenas também contestaram a não consulta para a edificação do empreendimento, sendo que a Convenção 169 da OIT garante o direito de consulta prévia sobre empreendimentos que impactam os modos de vida das populações tradicionais envolvidas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2011). Registre-se que, conforme demonstra o laudo elaborado pelo grupo Temas, o EIA-RIMA da Copelmi desconsiderou o componente indígena, já que não considerou duas áreas indígenas em processo de demarcação, as quais serão diretamente atingidas (FLEURY, 2019).

Igualmente me chamaram a atenção as falas das assentadas do Apolônio de Carvalho e de moradoras do loteamento Guaíba City, as quais, em sua maioria, contestaram o projeto de mineração. A seguir, transcrevo trechos da fala de uma assentada do Apolônio de Carvalho e de uma moradora do Guaíba City. Suas palavras são elucidativas da defesa de suas existências e modos de vida:

Porque a gente não sabe se vai poder plantar e colher, se a gente vai poder viver nas casas da gente, porque a gente está ameaçada, eu quero saber o que vão fazer para mim, se eu vou ter direito a viver nesta moradia, porque eu não aguento mais estar sofrendo. Eu não quero sair de lá, porque a gente vive bem lá (Assentada do Apolônio de Carvalho, Eldorado do Sul, 27 de junho).

A Copelmi diz que nós não temos dignidade. Se nós não temos estradas boas, isso cabe à prefeitura e não à Copelmi. Nós temos dignidade, sim. Outra coisa: se eu plantar uma árvore para queimar no meu fogão à lenha, eu posso ser processada, mas a Copelmi pode destruir tudo o que eu tenho. Pode tirar a minha vida, eu fui nascida e criada lá. A Fepam libera para a Copelmi destruir tudo? Depois vem com esses papos quem em 30 anos. Quem é que vai existir em 30 anos? E querer uma terra que não vai dar nada? (Moradora do Guaíba City, Eldorado do Sul, 27 de junho).

Eu também fui contemplada por uma fala naquela audiência e falei sobre a falácia provocativa que tinha sido proferida pelo representante da Copelmi no início da audiência, de que “é óbvio que a mineração traz desenvolvimento”. Contrapus a essa afirmação os dados socioeconômicos que eu havia pesquisado no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), no Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul e na plataforma DATASUS (2019).

Elenquei os dados dos municípios da região carbonífera e de Candiota que possuem mineração a carvão e também do município de Ametista do Sul, onde são mineradas pedras preciosas e onde são empregadas o maior número de pessoas em mineração no Rio Grande do Sul (AGÊNCIA NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, 2019). Como podemos observar no Quadro 1 a seguir, o advento da mineração nesses locais não tem redundado em melhoria no desenvolvimento humano e econômico, pois na maioria desses municípios o desempenho dos indicadores é inferior à média do Rio Grande do Sul.

Quadro 1 - Indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento humano

Estado/ Município	Atividade Mineradora Principal	PIB per capita (R\$)	IDESE	IDHM	Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)
RS	-	33.960,36	0,751	0,746	10,01
Ametista do Sul	Pedras Preciosas	12.203,22	0,693	0,682	25,97
Arroio dos Ratos	Carvão	15.646,31	0,655	0,698	5,92
Charqueadas	Carvão	29.205,05	0,745	0,747	5,54
Butiá	Carvão	19.791,29	0,668	0,689	12,35
Candiota	Carvão	48.954,20	0,724	0,698	7,69

Fonte: PIB per capita retirado do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2019), IDESE da Fundação de Economia e Estatística (2018), IDHM do IBGE (2019) e taxa de Mortalidade Infantil do DATASUS (2019).

A pesquisa realizada pelo Temas, durante a elaboração do parecer contrário ao EIA-RIMA (FLEURY, 2019), demonstra que a maioria dos municípios da região carbonífera (apontados no Quadro 1) apresentam desempenhos dos indicadores -Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Produto Interno Bruto (PIB) - inferiores à média do estado gaúcho em 2018 (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019; DATASUS, 2019). E, além disso, os municípios com pior desempenho desse indicador são, coincidentemente, aqueles que possuem minas da Copelmi: Butiá e Arroio dos Ratos. Registre-se que esses municípios desenvolvem atividades mineradoras desde o século XIX.

Destaque-se que Butiá, município onde está realizada uma mina da Copelmi e que tem a segunda maior arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (AGÊNCIA NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, 2019), registra uma taxa de mortalidade infantil acima da média do Rio Grande do Sul. Fora da região carbonífera, o município de Candiota apresenta melhor desempenho do PIB per capita, o qual é superior ao desempenho do estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, tal desempenho não tem redundado em garantia de índices satisfatórios de desenvolvimento humano e social, pois o IDHM e IDESE do município são menores do que os registrados no estado. Ainda em relação ao indicador de mortalidade infantil, em 2015 o estado do Rio Grande do Sul atingiu o menor índice de mortalidade infantil de sua história: 10,01 por mil nascidos vivos.

Entretanto, o município de Ametista do Sul, que exerce a mineração de pedras preciosas, registrou uma taxa de mortalidade infantil maior do que o dobro da taxa estadual. Em 2018 registrou 25,97 óbitos de recém-nascidos até um ano, a cada mil nascidos vivos (DATASUS, 2019).

Tive a impressão de que a minha fala naquela audiência, a partir da pesquisa dos indicadores de desenvolvimento humano e econômico⁶ recém referidos, confirmou o meu lugar de enunciação contrária à mineração junto aos meus interlocutores. Até então, eu mais tinha ouvido e anotado do que falado. Inclusive, num momento de campo anterior (no dia do grupo focal já referido), um assentado questionou o dirigente do assentamento, e meu interlocutor, sobre o fato de eu estar fazendo pesquisa, sendo servidora do Incra. O dirigente respondeu que eu estava em licença, não trabalhava com assentamentos e que era de confiança. O mesmo senhor que havia feito esse questionamento, quando acabei de falar na audiência em questão, veio me cumprimentar entusiasmamente. Assim, compreendi que a partir da minha manifestação pública contrária ao empreendimento, eu me tornei alguém de “confiança” para ele. Também, em outros momentos, o dirigente do assentamento Apolônio de Carvalho, ao me convidar para novos eventos que debateriam licença prévia para a Copelmi, me disse algo do tipo: “vai lá, se inscreve e fala daqueles teus dados sobre emprego”.

Por fim, a Audiência Pública do Projeto Mina Guaíba (27 de junho de 2019, Eldorado do Sul) objeto desta seção, foi encerrada às duas horas da manhã. A maioria das falas ocorridas durante àquela noite foram contrárias à instalação do projeto Mina Guaíba e favoráveis à realização de uma audiência pública em Porto Alegre. Caso o pleito da audiência pública em Porto Alegre fosse atendido pela Fepam, seria aberto um novo prazo administrativo de 45 dias para as contestações. O que não veio a ocorrer e, assim, em 4 de julho, findou o prazo para o protocolo de contrapontos ao EIA-RIMA junto à Fepam.

Desdobramentos da luta política e da contestação técnica à Mina Guaíba

Em questionamento à concessão da Licença Prévia (LP) à Mina Guaíba, foram protocolados mais de 45 documentos, dentre eles: pedidos de informações, notas e pareceres técnicos, recomendações e ofícios. Vários desses documentos, os quais tive a oportunidade de ler, alegam que o EIA-RIMA do empreendimento da Copelmi é inepto, devido à desconsideração e à relativização de inúmeros riscos socioambientais envolvidos (FLEURY, 2019).

⁶ A pesquisa dos dados quantitativos foi um exercício muito significativo para mim, pois me senti exercendo o ofício de cientista social de uma forma mais abrangente.

Posteriormente, no mês de agosto de 2019, a FEPAM, através do Of. FEPAM/DMIN-OFGSOL nº 2696/2019, determinou que a mineradora se manifeste sobre os documentos protocolados em questionamento ao licenciamento e que proceda no prazo de 120 dias, sob pena de arquivamento do processo administrativo de mineração, as complementações determinadas pelo órgão licenciador (FEPAM, 2019). O posicionamento dessa fundação, expresso no referido ofício, determina que 28 itens, apontados pelas manifestações protocoladas, sejam informados e esclarecidos pela Copelmi. Destaco oito deles, que me parecem mais emblemáticos: 1) alternativas tecnológicas e locacionais; 2) pilha de material estéril; 3) sistema de tratamento de efluentes; 4) clima e meteorologia; 5) qualidade do ar; 6) rebaixamento do lençol freático; 7) vulnerabilidade dos ambientes hídricos; e 8) aspectos socioeconômicos. Quanto a este último item aqui citado, para ilustrar a fragilidade do EIA-RIMA apontada pelo parecer elaborado pelo Temas, destaco a seguir um trecho do documento do órgão licenciador em que são solicitados os devidos esclarecimentos e complementações:

[...] 28.1. Apresentar o material coletado em campo por ocasião do levantamento realizado em 2018, tais como questionários e entrevistas (dados primários) junto à população; 28.2. Identificar, georreferenciar e mapear individualmente as propriedades afetadas; 28.3. Levantamento fundiário contendo a delimitação e dimensão das propriedades, bem como a nomeação dos respectivos proprietários afetados; 28.4. Apresentar documentação comprobatória (fotos, entrevistas, atas de reuniões, lista de presença, etc.) dos contatos com a população diretamente atingida que ocorreram durante os estudos e durante a apresentação do projeto à comunidade; 28.5. Apresentar justificativas detalhadas referentes às questões das terras indígenas levantadas na audiência e recebidas nas manifestações, em especial ao que está referido no ofício 035/2019 do CEPI/SDSTJDH, de 27 de junho de 2019, que afirma haver aldeias Mbyá-Guarani e Kaingang localizadas em áreas adjacentes ou próximas do empreendimento (FEPAM, 2019).

Em 12 de setembro de 2019, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS) entrou com uma Ação Civil Pública (ACP) contra o estado e seu órgão ambiental, a FEPAM, buscando suspender qualquer licença para empreendimentos de mineração da Mina Guaíba e de qualquer empreendimento na região, bem como pelo cancelamento da implantação do polo carboquímico projetado nas proximidades do projeto da Copelmi.

O MP/RS alega a existência de um grave déficit democrático nos debates sobre esses temas. De acordo com o que declarou a procuradora da área ambiental, Ana Maria Marchesan (no debate público realizado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 30 de setembro de 2019): O MP/RS alega a existência de um grave déficit democrático nos debates sobre esses temas. De acordo com o que declarou a procuradora da área ambiental, Ana Maria Marchesan (no debate público realizado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 30 de setembro de 2019): “Não houve a participação das comunidades afetadas, e também há o fato dessa lei não ter sido precedida de uma avaliação ambiental estratégica que leve em conta o somatório dos efeitos sinérgicos das atividades a serem ali implementadas”.

Por conseguinte, têm-se elementos sérios a demonstrar que a própria elaboração da Política Estadual do Carvão Mineral e a instituição do Polo Carboquímico foram produzidas a reboque do licenciamento da Mina Guaíba, em uma clara inversão procedimental, pois, primeiro, a viabilidade técnica e locacional dos complexos haveria de ser confirmada, à luz das diversas políticas públicas entrelaçadas, para somente então, seguir-se com os licenciamentos ambientais dos empreendimentos pontuais (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019, p. 33).

Numa situação política fortemente favorável às políticas de mineração no Rio Grande do Sul, destaque-se que a ACP do MP/RS (a qual não é diretamente o objeto desta análise) se converte numa possibilidade de resistência de alguma salvaguarda dos direitos socioambientais. Os quais, sublinhe-se, estão frontalmente ameaçados diante de empreendimentos como a Mina Guaíba. Nesse contexto, os movimentos sociais, envolvidos na luta contra os empreendimentos de mineração no Rio Grande do Sul, receberam com entusiasmo a manifestação do MP/RS.⁷ No entanto, a cada vez mais “se luta contra o tempo”, pois recentemente o governo do estado do Rio Grande do Sul encaminhou, em regime de urgência (que tranca a pauta legislativa), a alteração de 480 itens do Código do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul.

⁷ O MP/RS e diversos movimentos sociais e ambientalistas estabeleceram uma importante interlocução durante o processo de contestação ao projeto Mina Guaíba. Assim, pode-se considerar que essa ACP emergiu neste contexto de denúncias técnicas e políticas referentes aos direitos ameaçados, caso tal empreendimento venha a ocorrer.

A justificativa do governo é de que é necessário desburocratizar os processos de licenciamento ambiental (SEMA, 2019). Já os movimentos sociais contrários garantem que essas mudanças propostas vêm ao encontro dos interesses minerários (CENTENO, 2019). Diante deste cenário hostil à luta socioambiental, os sujeitos sociais que seguiu nesta pesquisa agregaram às suas lutas contra a mineração a carvão numa região de proteção ambiental, a defesa da legislação do Código do Meio Ambiente, o qual passou a estar duramente ameaçado.

Considerações finais

A inserção em campo e os dados quantitativos analisados demonstraram que as tentativas de imposição dos enunciados e dos programas propagados como de desenvolvimento carregam em si inúmeras controvérsias, conforme busquei evidenciar neste ensaio. Observa-se que tais políticas são apresentadas como uma panaceia capaz de trazer a “salvação” às situações que muitas vezes são caracterizadas instrumentalmente como situações de subdesenvolvimento. No entanto, fica notório que as pessoas diretamente afetadas pelos efeitos dessas políticas, sobre as suas vidas e práticas sociais, são justamente aquelas que não são ouvidas e consideradas nesses processos.

Por um lado, as pessoas em luta contra este empreendimento, as quais serão drasticamente afetadas pelos efeitos da mineração da Mina Guaíba, demonstram que elas não desejam serem salvas por tais projetos. Por outro lado, observa-se uma nítida tentativa de imposição da ideia de que a mineração é a salvação para as situações de baixos índices de desenvolvimento, econômico, humano e social, desconsiderando-se, assim, as inúmeras implicações e ameaças socioambientais que tais empreendimentos carregam.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Anuário Mineral do Rio Grande do Sul. 2019. Disponível em: www.anm.gov.br/dnmp/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-estadual/rio-grande-do-sul/anuario-mineral-estadual-rio-grande-do-sul-2018-ano-base-2017/view. Acesso em: 15 jun. 2019.

ARAÓZ, H. Crisis ecológica, conflictos socioambientales y orden neocolonial. *Rebela*, v. 3, n.1, p. 118-155, 2013.

BORRAS JR., S.; FRANCO, J. Global land grabbing and trajectories of agrarian change: a preliminary analysis. *Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 1, p. 34-59, jan. 2012.

CENTENO, A. Novo código ambiental do RS representa retrocesso de 40 anos, acusa Agapan. *Brasil de Fato*, 18 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/18/novo-codigo-ambiental-do-rs-representa-retrocesso-de-40-anos-acusa-agapan/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

COPELMI. EIA-RIMA Projeto Mina Guaíba. [online]. 2019. Disponível em: <http://copelmi.com.br/eia-rima-mina-guaiba/>. Acesso em: 29 jun. 2019. DATASUS. Sistema de Informações de Nascidos Vivos. [online]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ESCOBAR, A. La invencion del tercer mundo. Caracas: El perro y la rana, 2007.

FACHIN, P. Mina Guaíba: um empreendimento de altíssimo impacto ambiental e lobby da indústria de combustíveis fósseis. Entrevista especial com Paulo Brack. *Instituto Humanitas Unisinos*, [online], 10 jun. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/589885-mina-guaiba-um-empreendimento-de-altissimo-impacto-ambiental-e-lobby-da-industria-dos-combustiveis-fosseis-entrevista-especial-com-paulo-brack>. Acesso em: 12 jun. 2019.

FANON, F. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do Homem).

FEPAM. Processo administrativo nº 63540567181. Licença de Lavra de Carvão/Turfa/Combustíveis minerais - a céu aberto e em recuperação de área degradada. Disponível em: <http://copelmi.com.br/eia-rima-mina-guaiba/>. Acesso em: 15 junho 2019.

FERGUSON, J. The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FLEURY, L. (org.). Laudo Contrário ao EIA-RIMA da Mina Guaíba. Grupo Temas. Porto Alegre: UFRGS, 2019. [inoprelol].

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). IDESE. [online]. 2018. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

GUDYNAS, E. Tensiones, contradicciones y oportunidades de la dimensión ambiental del buen vivir. In: FA-RAH, I.; VASAPOLLO, L. Vivir bien: paradigma no capitalista? Bolívia: CIDES - UMSA y Plural, p. 231-246, 2011.

HARVEY, D. O novo imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist Register*, v. 40, p. 95-126, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. [online]. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 jun. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). SR-11/RS. Processo n. 54200.000056/2015-93. Interessado: Copelmi. Assunto: Avaliação de benfeitorias. [Processo interno]. Incra, 2015.

LATOUR, B. Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LUXEMBURGO, R. A acumulação do capital. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, R. C.; ESPINOZA, R. de F. Colonialidade e efeitos de verdade sob a perspectiva ambiental. *Contemporânea*, v. 8, n. 1, p. 83-109, 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. La ideología alemana. Montevideo: Pueblos Unidos, 1959 [1846]. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/m-e/1846/ideoalemana/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed. 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (MP/RS). Ação Civil Pública Contra o Polo Carboquímico. [online]. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/>. Acesso em: 12 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. 4. ed. [online]. 2019. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/>. Acesso em: 2 out. 2019.

SANTOS, M. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SEMA). Projeto de Lei do novo Código do Meio Ambiente é enviado à Assembleia Legislativa. 2019. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/projeto-de-lei-do-novo-codigo-do-meio-ambiente-e-enviado-a-assembleia-legislativa>. Acesso em: 2 out. 2019.

SVAMPA, M. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, H. La naturaleza colonizada. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

WEISSHEIMER, M. As vozes de quem não quer trocar seu território e modo de vida por uma mina de carvão. [online]. Sul 21, 6 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2019/06/as-vozes-dos-que-nao-querem-trocar-seu-territorio-e-modo-de-vida-por-uma-mina-de-carvao/>. Acesso em: 13 jun. 2019.

WENZEL, F. Mineradoras se voltam para o Rio Grande do Sul com quatro grandes projetos. [online]. O Eco, 17 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/mineradoras-se-voltam-para-o-rio-grande-do-sul-com-quatro-grandes-projetos/>. Acesso em: 13 set. 2019.